



## EDITORIAL

A Revista do Desenvolvimento Regional - **REDES** tem a satisfação de apresentar o volume 23, número 03, referente ao período de setembro/dezembro de 2018. O presente número traz como destaque o **dossiê temático “Cooperação Territorial e Desenvolvimento Regional: Arenas Políticas, Tipologias Institucionais e Processos de Cooperação”**, além de um conjunto de outros artigos que abordam distintos temas relativos ao campo do desenvolvimento regional.

O presente Dossiê temático é constituído de um conjunto de dez artigos científicos que, de modo distinto, desenvolvem a reflexão teórica e metodológica e que apresentem resultados de pesquisas empíricas sobre: as arenas políticas existentes no processo de construção e implementação da cooperação territorial; as diferentes tipologias institucionais de cooperação, como os arranjos existentes entre governos municipais, entre governos municipais, estadual e federal, entre instituições públicas, comunitárias e privadas; os diferentes processos, projetos e ações através dos quais a cooperação territorial é desenvolvida e se concretiza, notadamente na escala regional, e seus reflexos nas dinâmicas e nas políticas de desenvolvimento regional.

O propósito do Dossiê foi o de reunir, a partir diferentes olhares disciplinares, trabalhos com distintas abordagens teóricas e metodológicas, e que apresentem diferentes análises e reflexões sobre as particularidades e características comuns dos processos de cooperação territorial existentes em territórios de diferentes regiões e países, e sua relação com o desenvolvimento regional.

Vivemos um tempo em que, na escala mundial, os processos de globalização da economia, de integração e de financeirização dos mercados nacionais, são acompanhados, na escala nacional, por políticas macroeconômicas de corte neoliberal, que impõem limitações e exigências aos municípios e às suas cidades, submetendo estes à lógica perversa da guerra dos lugares pela atração do capital transnacional, como estratégia hegemônica do processo de desenvolvimento local e regional.

Nesse contexto, na escala nacional, países como o Brasil, experimentam desde o começo da década de 1990, um processo de descentralização da gestão de um conjunto de políticas públicas setoriais. Políticas públicas, como as da saúde, da educação, do meio ambiente, da habitação e a do planejamento urbano, têm experimentado desde a Constituição Federal de 1988, um processo crescente de descentralização administrativa, com o repasse aos municípios de um conjunto de crescentes obrigações e compromissos relativos à sua implementação, que não têm sido acompanhados pelo necessário repasse dos recursos públicos, ainda muito concentrados no âmbito da União e das unidades administrativas estaduais. Por sua vez, grande parte dos municípios brasileiros não possui condições econômicas, recursos humanos e infraestrutura técnicas adequadas para, isoladamente, poder bem atender tais demandas.

Tais processos têm por sua vez engendrado, no Brasil como em outros países, variadas e alternativas formas de cooperação no território, através da promoção de parcerias, convênios, consórcios, redes e arranjos produtivos, que buscam promover a articulação entre municípios e cidades, ou mesmo entre grupos de municípios e outros níveis de governo, como os estaduais ou provinciais, e os governos federais, a fim de poder vir atender tais demandas e/ou de melhor poder enfrentar tais desafios. Essas diferentes formas de cooperação têm representado, não sem contradições, importante estratégia de articulação política territorial na escala regional, e a possibilidade de se avançar regionalmente na busca de um desenvolvimento territorial menos dependente e desigual.

A construção dessas ações de cooperação no território, notadamente na escala regional, é resultado da constituição de diferentes arenas e processos políticos, confrontando distintos interesses e articulando distintos atores políticos e sociais. Tais ações apresentam diferentes arranjos ou tipologias institucionais, que articulam diferentes níveis governamentais, e que possuem distintos conteúdos, ora de natureza eminente pública, ora pública e privada, com diferentes lógicas de organização, funcionamento e governança. Por conta disso, tais ações de cooperação resultam em diferentes políticas, projetos e ações que repercutem de modo particular no território das regiões, incidindo e condicionando diretamente os processos de planejamento e de desenvolvimento regional, tanto no Brasil, quanto nos demais países. Esses, entre outros, foram alguns dos temas e questões que o presente Dossiê Temático desse número de Redes se propôs a debater, discutir e compartilhar.

Abrindo o dossiê temático, temos o artigo “SELECTED ASPECTS OF THE DEVELOPMENT OF CROSS-BORDER PARTNERSHIPS BASED ON PROJECTS CO-FINANCED BY THE EUROPEAN UNION”, de autoria da pesquisadora polonesa **Joanna Kurowska-Pysz**. A autora aborda as condições para o desenvolvimento de parcerias transfronteiriças com base em projetos transfronteiriços, cofinanciados pela União Europeia. Também descreve o papel dos fundos estruturais como instrumento de apoio à integração e desenvolvimento das fronteiras, e discute as principais condições para o desenvolvimento de uma eficaz parceria com base nesses projetos. Além disso, apresenta as principais etapas da implementação dos projetos transfronteiriços e os critérios para uma gestão eficaz dos projetos transfronteiriços de cooperação, cofinanciados pela União Europeia.

O segundo artigo do dossiê, “COOPERACIÓN TERRITORIAL Y DESARROLLO: UNA MIRADA DESDE LA ESCALA TRANSREGIONAL Y DE LOS ESPACIOS METROPOLITANOS, RURALES Y TURÍSTICOS”, é de autoria do geógrafo espanhol **Joaquín Farinós Dasí** e de seus colegas **Obdulía Monteserín e Jaime Escribano**. O artigo aborda a questão da cooperação territorial como um princípio e requisito necessário para um melhor desenvolvimento local e regional. Os autores sustentam o argumento de que tão importante quanto o desenho de políticas com o objetivo de desenvolvimento territorial sustentável (o quê) é a maneira pelas quais estas são decididas, projetadas e, acima de tudo, aplicadas (o como). Na primeira parte do texto, aborda-se a cooperação como uma categoria transversal que se aplica a partir de três abordagens: governo e administração do Estado, teorias do desenvolvimento econômico regional e local, e do ponto de vista do planejamento e da coesão territorial; e em diferentes escalas, portanto, de natureza multinível e

cobertura geográfica diversificada (internacional, europeia, espanhola e valenciana). Nas duas seções seguintes, são apresentados exemplos de experiências de cooperação e resultados obtidos (em diferentes escalas e entre diferentes atores e instituições.) como uma ferramenta para o desenvolvimento territorial em áreas rurais e turísticas.

Já os pesquisadores argentinos **José Vigil e Waldemar Okstat** são os autores do artigo “POLÍTICAS REGIONALES EN ARGENTINA. TENSIONES ENTRE EL ESTADO, LA GOBERNANZA Y EL ESPACIO REGIONAL” que é uma intervenção no atual debate analítico e prático sobre as características das políticas de desenvolvimento econômico regional e dinâmica de governança com uma análise exploratória na Argentina (Santa Fé), durante 2001-2015. Nos marcos de um Estado transformado (descentralização de funções, re-hierarquia de regiões, e apogeu da governança) o trabalho sugere que houve uma fé exagerada em redes de governança para implementar políticas regionais, o que tem sido problemático para eficácia dessas políticas. O artigo propõe uma discussão em torno de três hipóteses articuladas: i) de que houve pouco apoio concreto por parte do Estado a estas dinâmicas de governança, ii) que tem havido um relacionamento impróprio entre os níveis de regulação (nacional, regional, local) para aplicar políticas baseadas na dinâmica de governança; e iii) que existe uma lacuna muito grande entre ideias políticas sobre o espaço regional de governança e a concretização de políticas no espaço regional.

No quarto artigo, cujo título é “COOPERAÇÕES INTERMUNICIPAIS EM ÁREAS NÃO METROPOLITANAS”, a geógrafa **Ângela Maria Endlich** aborda o tema das cooperações intermunicipais, que nas suas variadas formas institucionais, crescem numericamente, além de incorporarem finalidades diversas. As alterações na espacialidade humana exigem que se modifiquem as formas de administração. A gestão compartilhada, embora ressaltada para áreas metropolitanas, é imprescindível para as demais áreas, polarizadas por cidades menores, como forma de viabilizar serviços e equipamentos públicos adequados à sociedade. Além disso, elas contribuem para que se constitua a demanda suficiente e não se criem estruturas obsoletas. Ademais, as cooperações intermunicipais são relevantes formas de composição de força política entre pequenas localidades, podendo favorecer sua visibilidade no campo do planejamento territorial. O trabalho traz reflexões acerca dessas formas de cooperação, sinalizando para a sua expansão no Brasil, bem como para os possíveis obstáculos encontrados, além de seus aspectos espaciais.

Os autores **Marcos Junior Marini e Gilcindo de Castro Corrêa Neto** abordam no artigo “COOPERAÇÃO TERRITORIAL: ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL E DA GOVERNANÇA LOCAL DO APL DE MÓVEIS DO SUDOESTE DO PARANÁ” o tema das aglomerações produtivas concentradas geograficamente, a partir da organização dos agentes em rede para a obtenção de vantagens competitivas pelas práticas de cooperação territorial. O artigo objetivou analisar o capital social e a condução da governança local no contexto do APL de Móveis do Sudoeste do Paraná. Com base nos resultados da pesquisa os autores apontaram para bons níveis de capital social no APL, com indicadores positivos quanto ao grau de contribuição no relacionamento, na confiança e cooperação entre os agentes, na qualidade e utilidade das informações trocadas. As métricas da rede social (densidade e reciprocidade) resultaram em valores medianos, enquanto o quesito referente à

participação em reuniões obteve os piores resultados. Em relação à avaliação da governança local, todos os elementos analisados resultaram em valores considerados fracos. Em síntese, a avaliação do binômio capital social e governança local demonstrou que para a efetiva execução de ações conjuntas em consonância com as práticas de cooperação territorial, torna-se fundamental a existência de uma governança local mais atuante na gestão do APL.

No sexto artigo do dossiê, denominado “CONTRIBUIÇÕES DO NEDET PARA A GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO RURAL DO SUDOESTE GOIANO”, os autores **Divina Aparecida Leonel Lunas e Hamilton Matos Cardoso Júnior** apresentam um relato das estratégias, experiências e contribuições do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do Território Rural do Sudoeste Goiano, coordenado pela Universidade Estadual de Goiás e financiado pelo referido Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a gestão social nesse Território no âmbito da política do desenvolvimento territorial rural. O artigo traz um relato dos avanços observados pelo NEDET no âmbito técnico e metodológico dentro do Colegiado Territorial assessorado. Traça análises sobre as atividades desenvolvidas no Colegiado e nos Comitês Temáticas das Mulheres e dos Jovens. Destaca que as ações do NEDET contribuíram para garantir a gestão social no Território, resgatando a representatividade, incentivando o empoderamento e a participação dos sujeitos do campo no planejamento, controle e avaliação da política pública.

Já os autores **Eliane Salete Filippim, Evandro Antunes Moreira e Sirlei Favero Cetolin** através do artigo “CONSÓRCIOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO: O CASO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA” abordam a experiência de associativismo de base territorial por meio dos consórcios públicos, tendo como objetivo geral Investigar a formação e a institucionalização de consórcio público. Como principais resultados, os autores assinalam que foi possível observar que o CIS tem alcançado os objetivos da cooperação intermunicipal para a efetivação de parte da política de saúde, gerando economicidade e resolutividade. Contudo, apresenta oportunidades de melhoria como no campo da participação do cidadão usuário do serviço e numa maior integração com o SUS (Sistema único de Saúde).

No artigo “ORGANIZAÇÃO INTERMUNICIPAL: ESTUDO DE CASO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RS”, os autores **Nelson José Thesing, Sérgio Luis Allebrand, Mauro Alberto Nuske, e Nedisson Luis Gessi** buscam compreender a organização intermunicipal, do Consórcio Público de Saúde Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul (Confron), tendo como meta pesquisar os serviços de saúde de média e alta complexidade, em 25 municípios. Os autores identificam e analisam as relações entre a saúde e as estruturas de saúde que podem contribuir no desenvolvimento da região, onde as dimensões da saúde se apresentam como um direito e com capacidade de mobilizar recursos para o desenvolvimento do ambiente de saúde nos municípios e qualificar a área na busca de melhores condições de vida da população.

No nono artigo do dossiê, “CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE COMO ARRANJO PARA RELAÇÃO FEDERATIVA E O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO”, os autores **Fernanda Freitas Mendonça e Sílvia Karla Azevedo Vieira Andrade** assinalam que a relação federativa e a regionalização são dimensões relevantes para



a organização de arranjos de cooperação no âmbito do desenvolvimento dos territórios, possibilitando o fortalecimento do federalismo, respeitando a autonomia municipal e vislumbrando o estabelecimento de relações de interdependência entre estes gestores. Para eles, o consórcio público de saúde encontra-se posicionado como uma ferramenta estratégica. Ao longo da história do federalismo no Brasil, esses arranjos foram previstos nas constituições brasileiras, mas ocuparam espaços de pouco destaque no que tange à organização territorial e política no país. Analisando a região de saúde do Médio Paranapanema, na macrorregião Norte do Paraná, os autores mostram que, após o Decreto Federal nº 7508/2011, surgem novas perspectivas de fortalecimento da regionalização, em que os consórcios públicos de saúde podem se configurar com um papel inovador no elenco das prioridades territoriais das regiões de saúde, da tomada de decisões no âmbito regional e na construção de uma identidade coletiva em meio às necessidades dos entes.

Finalizando o Dossiê Temático, os autores **José Luís Vianna da Cruz e Carla Nogueira Patrão Aquino**, no artigo “O DESAFIO DA GESTÃO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE”, apresentam como questão central, a análise de uma experiência de criação de uma representação territorial no órgão máximo de Gestão do IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, baseada na articulação das escalas abrangidas por esse equipamento de EPT-Educação Profissional e Tecnológica, e realizada pelo IFFluminense, com sede em Campos dos Goytacazes/RJ. A experiência foi motivada pela constatação do desencontro entre a missão atribuída a esse novo formato de instituição de EPT, de ser um ator importante no desenvolvimento local e regional, uma vez que sua implantação seguiu critérios de interiorização e regionalização, em todo o território nacional, e a estrutura de gestão prevista nas normas e diretrizes que presidem a instituição. A análise da experiência, ainda que esta seja embrionária e restrita ao campo da gestão, pode contribuir para compreender a possibilidade, real e necessária, de se adotar arranjos escalares específicas nos processos pedagógico, administrativo e também de gestão, para que os IFs possam se aproximar cada vez mais da constituição enquanto atores relevantes nos processos de desenvolvimento local e regional.

Na seção “**Artigos**”, temos um conjunto de nove outros artigos que abordam temas variados, mas convergentes com a temática do desenvolvimento regional.

O primeiro desses artigos é de autoria do geógrafo espanhol **Héctor Martínez Sánchez-Mateos**, com o título “DEFINING RURAL: A FUNCTIONAL AND ACCESSIBILITY APPROACH APPLIED IN CASTILLA-LA MANCHA (SPAIN)”. O autor reflete sobre a definição contemporânea de espaços rurais, tentando ir além da mera distinção das áreas urbanas para desenvolver uma abordagem mais integrada com elementos funcionais. No contexto global, onde as cidades e as áreas urbanas se tornaram praticamente o único paradigma, as áreas rurais mostram uma grande variedade de situações geográficas em relação a elas. Com uma perspectiva empírica, propõe-se um método baseado em análise estatística e acessibilidade espacial para entender as diferentes configurações das áreas rurais em relação às principais redes urbanas, definindo perfis e interpretando suas tendências. Este

método é aplicado em Castilla-La Mancha, uma região da Espanha onde vale a pena explorar a noção de coesão territorial como objetivo político da União Europeia.

No artigo “LAS CIUDADES INTERMEDIAS DEL NOROESTE ARGENTINO COMO ESPEJO DE LOS MODELOS DE DESARROLLO”, os autores e pesquisadores argentinos **Matilde Malizia, Paula Boldrini e Fernando Ruiz Peyré** têm como objetivo identificar e analisar os modelos de desenvolvimento dominantes e sua relação com os câmbios territoriais que caracterizam as cidades intermediárias no norte Argentino. Tomam como exemplo os aglomerados Grande San Miguel de Tucumán e Grande San Salvador de Jujuy durante o período 1990–2015. Os resultados se centram nos processos de conformação e expansão urbana vinculada aos câmbios em relação ao conceito de desenvolvimento; e nas lógicas residenciais que dominaram na produção das cidades, como manifestação das políticas dominantes cristalizadas no território dos aglomerados estudados. Ainda em contexto de pobreza particularmente desfavorável, os esforços para sustentar um modelo de cidade competitivo se mantem, em detrimento ou as custas da vulnerabilidade crescente da maior parte da população.

O terceiro artigo dessa seção, “IDENTIDADE TERRITORIAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (RONDÔNIA-BRASIL)” tem como autores **Edson Aparecida Araújo Querido Oliveira, Maria Antonia Fernandes Nabarro de Oliveira Benati, e Marcela Barbosa de Moraes**. Os autores têm como objetivo compreender a contribuição da agricultura familiar como fomentadora da formação de uma identidade territorial na cidade de Rolim de Moura (RO). Para a coleta dos dados foram aplicadas 321 entrevistas estruturadas, por meio de formulários, a agricultores familiares da área de estudo no período entre 4 de fevereiro e 2 de março de 2017. Os dados coletados foram dispostos em tabelas e correlacionados utilizando-se a correlação de Pearson. Os resultados encontrados apontaram que no Município de Rolim de Moura (RO) os agricultores familiares dependem da renda da propriedade rural para seu sustento e que as relações com a terra estão além dos conceitos de território geográfico, envolvendo questões simbólicas, sociopolíticas e econômicas que podem contribuir para o desenvolvimento local e criar uma identidade territorial para o Município de Rolim de Moura (RO).

Já o artigo “INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS EM ENFERMAGEM: INTERSETORIALIDADE, FORMAÇÃO EMPREENDEDORA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SAÚDE”, de autoria de **Gímerson Erick Ferreira, Edemilson Pichek dos Santos, Amanda Silveira Duarte Gomes, Claudia Capellari e Roberto Tadeu Ramos Moraes** analisa as contribuições das intervenções comunitárias com enfoque na educação para a saúde, mobilizadas por acadêmicos de enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Vale do Paranhana/RS. Estudo do tipo qualitativo e exploratório, amparou-se em uma pesquisa documental aos relatórios de intervenções da IES, cujos dados foram analisados de forma interpretativa. Diante dos dados coletados, percebeu-se que as instituições de educação básica não estiveram presentes em nenhuma ação, apesar de existir um programa governamental específico que estreita a relação entre educação e saúde. Esse é um ponto importante a ser trabalhado em ações futuras, dado o potencial de inserção e mobilização comunitária que essas instituições têm. Pôde-se concluir que ações comunitárias em saúde têm grande potencial de mobilizar diversos atores e setores,

contribuindo para a cooperatividade, além de proporcionarem aos acadêmicos uma formação mais próxima da realidade regional.

No artigo “FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL (OCS) EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA, SP: ESTUDO DE CASO DO GRUPO DE MULHERES DE SÃO PEDRO”, a autora **Katia Maria Pacheco dos Santos** apresenta uma reflexão sobre os arranjos institucionais moldados a partir do ideário da intervenção do Estado para validar a produção familiar de base agroecológica. A autora analisa o Organismo de Controle Social (OCS), através de estudo de caso com um grupo de agricultores quilombolas em específico, por meio de entrevistas semiestruturadas e análise da legislação correlata. Para ela, a referida normativa é um mecanismo de constatação de produtos e processos que se baseia na relação de confiança entre produtor e consumidor quando das relações comerciais de venda direta e, ao mesmo tempo, promove uma ruptura dos modos habituais de pensar a regulação jurídica, cuja expressão hegemônica está submetida à influência das culturas ocidentais, inscritas num contexto marcado pelas experiências do Estado, com a abertura da tradição jurídica ao pluralismo jurídico. Ela ainda conclui que esta nova categoria normativa deve ser considerada como um lugar de disputa para uso do Estado e da sociedade.

O artigo “SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO: ALGUNS APONTAMENTOS EM DEFESA DO CONCEITO ANTROPOLÓGICO DE CULTURA” de autoria de **Ivann Carlos Lago e Edemar Rotta** se insere no rol de contribuições teórico-conceituais ao debate sobre a relação entre cultura e desenvolvimento. Defende a importância da adoção do conceito antropológico (amplo) de cultura, como condição para uma compreensão abrangente da complexidade social a ser utilizada no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento, desde o diagnóstico às tentativas de promovê-lo. Adicionalmente, subscrevem-se alguns alertas metodológicos, principalmente em função das armadilhas do romantismo e do determinismo no campo das pesquisas sobre cultura e de como ela pode relacionar-se com o desenvolvimento.

O sétimo artigo dessa seção, “O PROGRAMA PARANÁ COMPETITIVO E SEU EFEITO NA DINÂMICA ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES: UMA ANÁLISE ESPACIAL”, cujos autores são **Augusta Pelinski Raiher, Hermes Higachi e Alex Sander Souza do Carmos**, analisa a efetividade do programa Paraná Competitivo na dinâmica econômica dos municípios do Paraná, entre 2010 e 2014. Para isso, a econometria espacial foi utilizada com o intuito de verificar o efeito do programa na variação do emprego industrial, do emprego total, da massa salarial e da média salarial. Como corolário, tem-se um processo de descentralização da indústria paranaense e o Paraná Competitivo apresentou um efeito estatisticamente significativo na dinâmica econômica dos municípios receptores dos investimentos. No entanto, no caso do emprego total e da massa salarial, não se constatou efeitos de transbordamentos para os municípios do envoltório.

Os autores **Douglas Mesquita Carneiro e Carlos Eduardo Lobo e Silva**, em seu artigo “A IMPORTÂNCIA DO TAMANHO DAS FIRMAS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS MICRORREGIÕES BRASILEIRAS”, analisam a importância do tamanho das firmas industriais para o crescimento econômico das 558 microrregiões do Brasil no período de 1999 a 2009. Para tanto, fez-se uso de estimações de dados

em painel via system GMM e uma análise de econometria espacial. As estimativas para o Brasil como um todo mostram que a presença de grandes empresas do setor industrial contribuiu positivamente para o crescimento econômico das microrregiões, enquanto que as pequenas empresas apresentaram uma relação negativa com o crescimento. A presença de heterogeneidade espacial na amostra é caracterizada por dois regimes espaciais diferentes no que tange a renda per capita. A análise de cada regime espacial separadamente aponta que a relação entre tamanho de empresa e crescimento econômico nas regiões mais ricas permanece a mesma, enquanto que nas regiões de PIB per capita menor, o tamanho da empresa não influencia no crescimento econômico.

Fechando essa seção e o presente volume de REDES, temos o artigo “TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE DA ESTRUTURA TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO (SP)”, de autoria de **Monica Franchi Carniello e Cláudia Liciely Barbosa e Silva** que buscam verificar como o município São José do Barreiro – SP organiza e estrutura sua atividade turística com vistas ao desenvolvimento local. O município possui o status de estância turística, pertence à região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte e teve a dimensão econômica classificada como de baixo desenvolvimento no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2013. A pesquisa, de caráter descritivo e abordagem quali-quantitativa, triangulou os métodos de observação dos atrativos turísticos; de entrevista com o gestor público municipal; e de aplicação de questionário à população. As autoras identificaram que o município possui potencial turístico, mas necessita de gestão pública eficaz na área do turismo, como também, investimento em infraestrutura, planejamento turístico e divulgação dos atrativos existentes.

Nossos agradecemos aos editores convidados que organizaram esse Dossiê Temático de Redes e aos pareceristas que participaram da avaliação externa dos artigos que compõem esse número da revista. Desejamos a todos os nossos leitores uma boa leitura e reflexão.

Santa Cruz do Sul, setembro de 2018.

#### **Editores Convidados do Dossiê Temático**

Ângela Endlich - Universidade Estadual de Maringá

Margarida Pereira - Universidade Nova de Lisboa

Rainer Randolph - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rosí Cristina Lima da Silveira - Universidade de Santa Cruz do Sul

#### **Editores da Revista REDES**

Rogério Leandro Lima da Silveira - Universidade de Santa Cruz do Sul

Cidonea Machado Deponti - Universidade de Santa Cruz do Sul - Brasil